

Investimentos Socioambientais: uma Análise das Organizações de Setores de Diferentes Impactos Socioambientais

Resumo

Este estudo teve como objetivo verificar se existe diferença significativa entre os indicadores de investimentos socioambientais gerados por organizações de setores de diferentes impactos socioambientais. A expectativa inicial era que organizações de setores distintos que geram impactos com potenciais diferenciados se comportassem de maneira diferenciada com relação ao nível de investimento realizado em ações socioambientais. Essa foi a hipótese geral sob a qual se realizou este estudo. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa descritiva e documental, por meio dos Balanços Sociais de 68 empresas, que o publicaram no modelo Ibase, em 2011, a fim de identificar os investimentos sociais e ambientais. Os dados foram analisados mediante dois testes estatísticos – o teste *t* e o teste *Kruskal Wallis*. Os resultados apontaram para a inexistência de diferença significativa entre o nível de investimentos ambientais para empresas consideradas como potencialmente poluidoras e potencialmente não poluidoras, classificadas de acordo com a Lei n.º 10.165 (2000). Quanto aos investimentos sociais (internos e externos), também não foram identificadas diferenças significativas entre empresas de setores distintos. Esses resultados não podem ser explicados pela Teoria da Legitimidade e não corroboram com estudos anteriores.

Palavras-chave: Teoria da Legitimidade. Investimentos Socioambientais. Balanço Social.

Nverson da Cruz Oliveira

Mestrando em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professor da Faculdade Anísio Teixeira.
Contato: Praça 13 de Maio, n.º 6, 2º andar, Piedade, Salvador, BA, CEP: 40060-160.
E-mail: nverson_oliveira@hotmail.com

Neylane dos Santos Oliveira

Mestranda em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora da Faculdade Anísio Teixeira
Contato: Praça 13 de Maio, n.º 6, 2º andar, Piedade, Salvador, BA, CEP: 40060-160.
E-mail: neylane_oliveira@hotmail.com

Sonia Maria da Silva Gomes

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora titular da Universidade Federal da Bahia (UFBA). **Contato:** Praça 13 de Maio, n.º 6, 2º andar, Piedade, Salvador, BA, CEP: 40060-160.
E-mail: soniagomes3@gmail.com

José Maria Dias Filho

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP) e professor-adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA). **Contato:** Praça 13 de Maio, n.º 6, 2º andar, Piedade, Salvador, BA, CEP: 40060-160.
E-mail: zemariadias@uol.com.br

Mirian Gomes Conceição

Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e professora da Faculdade Anísio Teixeira. **Contato:** Praça 13 de Maio, n.º 6, 2º andar, Piedade, Salvador, BA, CEP: 40060-160.
E-mail: mgc.ba@hotmail.com

1. Introdução

Pesquisas científicas têm demonstrado que muitas empresas têm aderido a comportamentos de responsabilidade social em razão da necessidade de conquistar, recuperar ou preservar legitimidade perante os agentes que lhes dão sustentação, os chamados *stakeholders*.

A adoção de práticas social e ambientalmente responsáveis implica a assunção de compromissos financeiros, gastos em geral. Logo, ao decidirem pela implantação de práticas de responsabilidade social, normalmente as organizações estão visando a algum tipo de benefício futuro. De acordo com a teoria da Legitimidade, embora as motivações subjacentes sejam de cunho econômico, decisões dessa natureza geralmente são adotadas porque são valorizadas e legitimadas pela sociedade. Por isso, o sacrifício financeiro em prol da sociedade e/ou meio ambiente pode até ser uma forma de compensar ou mitigar o dano/ impacto gerado pela atividade desenvolvida.

Ciente desse comportamento compensatório e da existência de setores cujas atividades implicam níveis de impacto social e ambiental diferenciados, questiona-se: Há diferença significativa entre os indicadores de investimentos socioambientais realizados por organizações de setores de diferentes impactos socioambientais? Assim, o objetivo principal deste estudo é verificar se existe diferença significativa entre os indicadores de investimentos socioambientais realizados por organizações de setores de diferentes impactos socioambientais.

Espera-se que organizações de setores distintos que geram impactos com potenciais diferenciados se comportem de maneira diferenciada com relação ao nível de investimento realizado em ações socioambientais. Essa é a hipótese geral sob a qual se realizou este estudo.

Muitas pesquisas comprovam o comportamento de empresas de setores de diferentes impactos socioambientais com relação ao volume de evidenciação (Hartman, Rubin & Dhanda, 2007; Rover, Murcia, Borba, & Vicente, 2008; Rizk, Dixon & Woodhead, 2008; Chen & Roberts, 2010; Pereira, Bruni & Dias Filho, 2010; Kilian & Hennigs, 2014 e outros). Porém, poucos estudos se dedicaram a investigar se o tipo de atividade desenvolvida pelas organizações influencia no nível de investimento realizado em questões sociais e ambientais (Ott, Alves & Flores, 2009; Machado, Machado & Santos, 2010; Machado, Machado & Murcia, 2011 e Crisóstomo, Souza & Parente, 2012). Autores recomendam a realização de novas pesquisas para confirmarem ou refutarem os achados encontrados, tendo em vista o caráter exploratório das primeiras investigações. Foi sob essa inspiração que se realizou a presente pesquisa. Contudo, cabe ressaltar que, neste estudo, se operou com dados do Balanço Social (BS) de 2011 e com técnicas estatísticas diferentes das utilizadas nas demais pesquisas.

Considera-se que os achados desta pesquisa são úteis ao ambiente acadêmico pelo fato de testar a aplicação da teoria da Legitimidade no que diz respeito ao potencial para explicar práticas socioambientais corporativas, enriquecendo, portanto, esse campo de estudo. Mesmo não tendo a pretensão de apontar se o percentual de recursos destinados a investimentos sociais e ambientais pelas empresas investigadas é satisfatório, entende-se que esta pesquisa assume certo significado social na medida em que vem oferecer à sociedade um parâmetro para mensurar quão responsável socialmente são algumas entidades potencialmente poluidoras quando comparadas com outras, cujas atividades agredem o ambiente e a comunidade em menor proporção.

Para cumprir os objetivos da presente pesquisa, a amostra foi extraída do grupo de todas as empresas que publicaram o Balanço Social no modelo Ibase no período de 2001 a 2008. Esse recorte temporal foi determinado em função do ano de início de vigência da Lei n.º 10.165/2000, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, e o último ano em que o Ibase monitorou as empresas que publicaram o Balanço Social. Realizou-se consulta aos sites das empresas componentes da amostra a fim de levantar os indicadores de investimentos sociais e ambientais presentes em seus Balanços Sociais referentes ao ano de 2011. Posteriormente, as empresas foram divididas em diferentes grupos a fim de verificar a existência de diferença significativa entre os indicadores de investimentos socioambientais de organizações de setores de diferentes impactos socioambientais.

2. Referencial Teórico

2.1 Teoria da Legitimidade

Em Contabilidade, a teoria da Legitimidade tem sido muito utilizada no Brasil e no mundo quando a temática envolve questões de natureza social e ambiental. Essa teoria visa explicar a razão de determinados comportamentos organizacionais e, por essa razão, é muito útil quando se trata de buscar compreender o comportamento das empresas frente às demandas socioambientais.

Para Suchman (1995, p. 574), a legitimidade pode ser definida como “a percepção generalizada de que determinadas ações são autênticas, adequadas ou necessárias em um sistema de normas, valores e crenças socialmente construídos”. As organizações então, segundo Chen e Roberts (2010), tendem a conciliar (de fato ou na aparência) os seus sistemas com esse sistema social por meio do processo de legitimação. Porém, a teoria não deixa claro como se dá esse processo de congruência.

Por essa razão, existem dois pontos de vistas distintos na literatura: a legitimidade institucional e a organizacional/estratégica. De acordo com Chen e Roberts (2010), a legitimidade institucional é utilizada para investigar as estruturas e atividades macros (como a estrutura econômica capitalista e o tipo de governo) que ganharam aceitação social. Esse então seria o parâmetro para avaliar se uma organização em busca de legitimidade adere às expectativas legitimadas. Em uma perspectiva mais estreita, também na visão de Chen e Roberts (2010), a legitimidade organizacional identifica as diferentes estratégias que as organizações que buscam legitimidade podem adotar, ou seja, é como as empresas se instrumentalizam gerencialmente na tentativa de serem/permanecerem inclusas no ambiente social. Essa pesquisa propõe uma discussão que se adequa a essa visão gerencial da teoria da Legitimidade, na medida em que busca verificar se as empresas gerenciam o efeito socioambiental negativo de suas atividades por meio de um maior ou menor nível de investimento dessa natureza. Nicholls (2010) entende a legitimidade organizacional como a consequência de uma interação dinâmica entre as estruturas institucionais de nível macro e micro.

Sob o aparato da teoria da Legitimidade, como o próprio nome já sugere, as empresas tentam assegurar que suas atividades sejam percebidas pelos diversos *stakeholders* como legítimas (Islam & Deegan, 2008), isto é, congruentes com o conjunto de valores e expectativas prevalentes no ambiente em que operam. Isso porque, de acordo com Deegan (2002), essa teoria parte do pressuposto de que existe um contrato, uma espécie de acordo entre as companhias e a sociedade, o qual estabelece os direitos e deveres para as partes. Esse contrato, segundo Dias Filho (2009), é construído em função do sistema de crenças e valores vigentes. Assim, a partir do momento que a sociedade valoriza questões sociais e ambientais, em tese, qualquer atividade que negligencie esses aspectos tende a ser reprovada pela própria sociedade. Em tais circunstâncias, ocorre um rompimento do suposto contrato e isso, na prática, pode atrair dificuldades para a continuidade de uma organização, em função de possíveis sanções sociais, como resistência de consumidores e fornecedores, denúncias nos meios de comunicação, multas, etc.

Segundo Hartman, Rubin e Dhanda (2007) “existe uma tendência crescente de que as empresas passem a adotar posturas responsáveis perante aos impactos que possam proporcionar a estrutura social do sistema no qual seus negócios são administrados.” O estudo de Hassan e Ibrahim (2012), por exemplo, constata que relatórios sobre a participação das partes interessadas e atividades ambientais específicas (tais como as atividades de gestão de resíduos e alterações climáticas) influenciam a probabilidade de obter um prêmio ambiental, um fator importante que afeta a legitimidade.

Assim, entende-se que, com base na teoria da Legitimidade, é possível supor que à medida que as organizações têm sua legitimidade ameaçada, elas buscam meios de recuperá-la. Um caminho possível seria efetuar investimentos nas esferas sociais e ambientais para compensar eventuais danos provocados pelas atividades organizacionais. Dessa forma, a companhia estaria mostrando para a sociedade que adota práticas alinhadas com o contrato social, o que levaria a uma recuperação ou fortalecimento da legitimidade, o que reflete no melhoramento da imagem e possivelmente na obtenção de vantagem competitiva e nos resultados econômicos e financeiros.

2.2 Investimentos e Impactos Socioambientais

Uma das formas utilizadas pelas empresas para divulgar os investimentos socioambientais e demais informações de caráter econômico, social e ambiental é por meio do Balanço Social (BS), mais especificamente o modelo de BS instituído pelo Instituto de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Nessa demonstração, é possível visualizar os investimentos realizados em responsabilidade social, por meio de três classes de indicadores: indicadores sociais internos (referem-se a investimentos nos funcionários e em seus dependentes, como alimentação, saúde, segurança, previdência privada, capacitação, etc.); indicadores sociais externos (estão relacionados com investimentos na sociedade, como educação, cultura, saneamento, esporte, lazer, etc.) e indicadores ambientais (trata-se de investimentos relacionados com as operações da empresa e em programas e projetos externos).

Analisando a relação entre investimentos de responsabilidade socioambiental e desempenho financeiro, Santana, Périco e Rebelatto (2006) verificaram que o faturamento tem forte correlação com investimentos dessa natureza. Porém, esses autores destacam que existem outros fatores explicativos. Kitahara (2007) também atesta que existe relação entre elas, tanto para empresas que operam com resultados positivos quanto negativos. Contudo, o autor ressalta a influência de outras variáveis na análise, como ano de publicação do BS, porte da empresa e ramo de atividade.

Com base nessas pesquisas, percebe-se que a atividade desenvolvida pelas empresas pode ser um dos fatores determinantes para a realização, ou não, de investimentos sociais e ambientais e em que proporção.

Nessa linha, em uma pesquisa realizada com organizações do Reino Unido, Brammer, Brooks e Pavelin (2006) detectaram que o desempenho social varia significativamente entre os setores. Os autores atestam que isso já era esperado, uma vez que alguns setores industriais têm altos impactos ambientais (por exemplo, geração de energia, produtos químicos), e é provável que o desempenho ambiental possa ser mais importante nesses setores. Enquanto que outros setores, incluindo varejo e manufatura, o tratamento aos trabalhadores, provavelmente, terá maior importância. Para as empresas cuja reputação da marca é crucial, o trabalho comunitário pode proporcionar maior impacto do que os outros aspectos da responsabilidade social empresarial (Brammer, Brooks, & Pavelin, 2006).

Ao analisar o comportamento do mercado chinês, Kong, Liu e Dai (2012) obtiveram resultados que apontam para uma diferença com relação ao tipo de atividade desenvolvida. Tais resultados sugerem que as empresas ligadas ao meio ambiente poderiam melhorar seus valores de mercado e obter benefícios por meio do reforço das suas atividades de proteção ambiental. Assim, confirmaram a hipótese de que outras coisas permanecendo iguais, se uma empresa relacionada com o ambiente estiver mais empenhada em proteção ambiental, seu valor de mercado aumenta mais.

Tais concepções são ratificadas por Fujii, Iwata, Kaneko e Managi (2013) ao investigarem a relação entre o desempenho ambiental e o desempenho econômico em empresas de manufatura japonesas. Os autores detectaram uma relação positiva significativa entre o desempenho financeiro e o desempenho ambiental com base nas emissões de CO₂, ou seja, a redução da emissão de CO₂ condiciona um melhor desempenho ambiental e também uma melhor rentabilidade. Sabe-se que o nível de emissão de CO₂ está diretamente relacionado com o tipo de atividade desenvolvida o que implica que o ramo de atuação tem influência no comportamento e no desempenho ambiental corporativo.

Nessa perspectiva, porém no cenário nacional, achados da pesquisa realizada por Machado, Bernardo, Pereira e Pessanha (2006) com 179 empresas mostram que organizações que utilizam recursos naturais abundantes (*resource seeking*) em seus processos produtivos buscam compensar os impactos negativos das suas atividades, fazendo mais investimentos ambientais do que aquelas que possuem como objetivo predominante a oferta de bens e serviços para o mercado interno (*market seeking*). Assim, fica claro que a decisão de investimentos em responsabilidade social empresarial depende de fatores como setor de atividade e o tipo de pressão exercida pelos *stakeholders*. O estudo de Pereira, Bruni e Dias Filho (2010) confirma essa proposição na medida em que comprova que empresas de indústrias ambientalmente sensíveis buscam mais legitimidade perante os *stakeholders* do que as consideradas não ambientalmente sensíveis.

Com o propósito de analisar a relação entre os investimentos ambientais e o desempenho econômico das empresas, Ott, Alves e Flores (2009) realizaram um estudo e comprovaram que o investimento ambiental tem influência na receita líquida e no resultado operacional, contudo não foi detectada diferenciação entre os setores.

Machado, Machado e Santos (2010) investigaram se os investimentos sociais e ambientais feitos pelas empresas diferem de setor para setor no período de 2005 a 2007. Os autores descobriram que os setores com maior propensão a altos investimentos ambientais apresentaram também alto impacto ambiental, e outros setores, como o de comércio, têm mais propensão a investir nos funcionários (indicadores sociais internos). Os setores de bens industriais, construção e transporte e consumo cíclico foram identificados como os que apresentam maior tendência a efetuar investimentos sociais internos elevados. Já os setores de telecomunicações e utilidade pública têm tendências a baixos investimentos sociais internos. Quanto aos investimentos sociais externos, os setores de telecomunicações e utilidade pública despontam como associados a altos investimentos sociais externos contrariamente aos setores de consumo não cíclico, financeiro e petróleo e gás. Em se tratando de investimentos aplicados ao meio ambiente, o resultado sugere que o setor de utilidade pública está associado a maiores investimentos e os setores financeiros e de telecomunicações a menores investimentos ambientais.

Machado, Machado e Murcia (2011), em outro estudo, buscaram analisar a relação entre o impacto ambiental decorrente da atividade econômica e o volume de investimentos em meio ambiente das empresas brasileiras. Para tanto, analisaram 205 empresas que apresentaram o BS de 2005 a 2007. Os resultados encontrados, por meio do Qui quadrado e de Análise de Correspondência, confirmaram a existência de relação entre as variáveis supracitadas (impacto e investimento ambiental) e que empresas que não causam impacto ambiental não estão propensas a altos investimentos em questões ambientais ao contrário das empresas potencialmente poluidoras. Os autores explicam o resultado encontrado com base na teoria da Legitimidade e sugerem que novas pesquisas sejam feitas nessa linha para confirmar ou refutar os achados encontrados, tendo em vista o caráter exploratório dessa pesquisa no Brasil.

Os resultados apresentados acima de Machado, Machado e Murcia (2011) são confirmados por Crisóstomo, Souza e Parente (2012) na medida em que esses autores observaram que empresas de setores classificados com mais ambientalmente impactantes, de acordo com a Lei n.º 10.165/2000, a qual estabelece diretrizes para a Política Nacional do Meio Ambiente, possuem indicadores ambientais superiores.

A influência do setor na postura ambiental das empresas também foi investigada por Rezende Dalmácio e Ribeiro (2012). Os autores afirmam, com base nos estudos de Arora e Cason (1996) e Banerjee (2002), que o “setor de atuação das empresas também influencia na gestão ambiental, uma vez que cada setor tem potencial diferenciado de poluição (...). Dessa forma, cada setor tem motivação e postura diferenciada no que se refere à gestão ambiental.” Rezende Dalmácio & Ribeiro (2012) comprovam empiricamente essa afirmação ao detectar que empresas do setor industrial apresentaram o maior nível de governança ambiental, ao contrário das empresas do ramo de serviços. Devido à natureza sensível das operações, Pellegrino e Lodhia (2012) apontam as indústrias extrativas como as com maior necessidade de considerar as questões ambientais.

Assim, como se mencionou, este estudo tem o propósito de verificar se existe diferença significativa entre os indicadores de investimentos socioambientais realizados por organizações de setores de diferentes impactos socioambientais, como forma de reafirmar ou confrontar os resultados encontrados por Ott, Alves e Flores (2009, Machado, Machado e Santos (2010), Machado, Machado e Murcia (2011) e Crisóstomo, Souza e Parente (2012), sendo que, neste caso, trabalhou-se com dados do BS de 2011 e com técnicas estatísticas diferentes.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1 A Amostra e Enquadramento Metodológico

Conforme a classificação de Martins (2000), esta pesquisa pode ser classificada como um estudo empírico-analítico. Como uma pesquisa empírica, busca cumprir a finalidade de servir como instrumento para explicar o fenômeno observado e, não, para normalizar a realidade (Lopes, 2004).

A pesquisa que resultou no presente trabalho foi descritiva com a utilização de procedimentos documentais. A amostra da pesquisa foi extraída do grupo de todas as empresas que publicaram o Balanço Social no modelo Ibase no período de 2001 a 2008. Esse recorte temporal foi determinado tendo em vista o ano de início de vigência da Lei n.º 10.165/2000, que alterou a Lei n.º 6.938 (1981), e o último ano (2008) em que o Ibase monitorou as empresas que publicaram o Balanço Social de acordo com suas diretrizes. A Lei n.º 10.165/2000 trata da Política Nacional do Meio Ambiente e, especificamente, no seu anexo VIII, classifica as atividades econômicas potencialmente poluidoras nas categorias Pequeno, Médio e Alto Impacto Ambiental.

Então, foi acessado o site www.balancosocial.com.br do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), que até o ano de 2008 realizou o monitoramento das empresas que publicaram o BS no modelo Ibase. No site em questão para o período delimitado, foram observadas 328 empresas que publicaram o referido documento. Em seguida, buscou-se verificar a atividade econômica e a situação cadastral dessas empresas por meio do site da Receita Federal do Brasil (RFB), realizando, para isso, consultas pelo Código Nacional de Atividade Econômica (CNAE) presente no comprovante do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Após a consulta no portal da RFB, constatou-se que 16 empresas da base já haviam sido baixadas e 24 eram empresas pertencentes a um grupo ou controladas por outras empresas já presentes na base, restando, deste modo, 288 empresas.

Para buscar os dados de investimentos sociais e ambientais realizados pelas empresas componentes da amostra, realizou-se consulta aos seus sites a fim de levantar os indicadores de investimentos sociais e ambientais presentes em seus Balanços Sociais. Após essa consulta, constatou-se que apenas 68 apresentaram Balanço Social para o ano de 2011 no modelo Ibase no site da companhia.

Desse modo, definida a amostra da pesquisa, as análises realizadas foram divididas em duas diferentes etapas com o fim de cumprir o objetivo geral de verificar se existe diferença significativa entre os indicadores de investimentos socioambientais realizados por organizações de setores de diferentes impactos socioambientais.

A primeira etapa buscou verificar a existência de diferenças entre os investimentos ambientais realizados por empresas consideradas como potencialmente poluidoras e por empresas não poluidoras. A segunda etapa da pesquisa teve como objetivo analisar se há diferença significativa na média dos indicadores de investimentos sociais realizados por empresas de diferentes setores.

Para tanto, foram utilizados os seguintes indicadores presentes nos Balanços Sociais das empresas componentes da amostra, classificados de acordo com Machado *et al.* (2006):

- Indicadores Sociais Internos (ISI): alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina do trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados, outros.
- Indicadores Sociais Externos (ISE): educação, cultura, saúde e saneamento, habitação, esporte, lazer e diversão, creches, alimentação, combate à fome e segurança alimentar, tributos, outros.
- Indicadores Ambientais (IAMB): investimentos relacionados com a produção/ operação na empresa, investimentos em programas e/ou projetos externos.

Tomando como base os pressupostos da teoria da Legitimidade, que nos permitem supor que as empresas efetuam investimentos nas esferas social e ambiental para compensar eventuais danos provocados pelas atividades organizacionais, buscou-se testar as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: *Não há diferença no nível de investimentos ambientais realizados entre empresas potencialmente poluidoras e empresas não poluidoras.*

Hipótese 2: *Não há diferença no nível de investimentos sociais internos realizados por empresas de diferentes atividades econômicas.*

Hipótese 3: *Não há diferença no nível de investimentos sociais externos realizados por empresas de diferentes atividades econômicas.*

3.2 Procedimentos metodológicos para Análise dos Investimentos Ambientais

A fim de realizar as análises referentes aos indicadores de investimentos ambientais das companhias componentes da amostra, as 68 empresas restantes foram, de acordo com o seu CNAE, classificadas em uma das 20 categorias de atividades potencialmente poluidoras da Lei n.º 10.165/2000, conforme apresentado na Tabela 1:

Tabela 1

Classificação das empresas conforme a Lei n.º 10.165/2000 por categoria e impacto ambiental

Categoria	Impacto Ambiental	Quantidade	(%)
Extração e Tratamento de Minerais	Alto	3	4,00%
Indústria Metalúrgica	Alto	1	1,33%
Indústria Mecânica	Médio	2	2,67%
Indústria de material Elétrico, Eletrônico e Comunicações	Médio	1	1,33%
Indústria de Material de Transporte	Médio	2	4,00%
Indústria de Papel e Celulose	Alto	1	1,33%
Indústria Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	Médio	1	1,33%
Indústria Química	Alto	1	1,33%
Indústria de Produtos Alimentares e Bebidas	Médio	1	1,33%
Serviços de Utilidade	Médio	1	1,33%
Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	Alto	1	1,33%
Uso de Recursos Naturais	Médio	1	1,33%
Não Classificado		52	77,33%
Total		68	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Em seguida, para fins de análise de dados quanto à existência de diferenças significativas no investimento ambiental realizados por empresas potencialmente poluidoras e por aquelas consideradas, para fins desta pesquisa, como sem impacto ambiental por não estarem classificadas em nenhuma das categorias listadas na Lei n.º 10.165/2000, realizou-se agrupamento dessas empresas em dois grupos. O primeiro grupo abrigou as empresas potencialmente poluidoras (alto, médio e pequeno impacto), contendo 16 entidades. O segundo grupo abrigou as empresas potencialmente não poluidoras, contendo as 52 entidades que exercem atividade econômica não categorizada na referida lei.

Em seguida, de posse dos Balanços Sociais das empresas componentes da amostra, realizou-se a consulta aos dados necessários ao teste de hipóteses para essa etapa da pesquisa. Então, levantaram-se os dados referentes aos investimentos ambientais realizados pela empresa. Foi utilizado o indicador que representa percentualmente o total de investimentos em meio ambiente sobre a Receita Líquida das empresas.

Para testar a Hipótese 1, foi utilizado o *test-t*, que, segundo Bruni (2010), objetiva testar a igualdade de médias populacionais de duas amostras. Comparou-se então, por meio desse teste, a existência de diferenças significativas na média dos investimentos ambientais de empresas dos dois grupos (potencialmente poluidoras e não poluidoras).

3.3 Procedimentos metodológicos para Análise dos Investimentos Sociais

Como a categorização de empresas proposta pela Lei n.º 10.165/2000 tem como finalidade classificar as empresas que são potencialmente poluidoras nos diferentes níveis de impacto ambiental, ela não considera a classificação por atividade das demais empresas não enquadradas como poluidoras na lei. Assim, com a finalidade de proceder às análises dos indicadores de investimentos sociais das empresas que compõem a amostra, procedeu-se à classificação delas, utilizando-se, para isso, os critérios adotados pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), de classificação de empresas por setor:

Tabela 2

Classificação segundo a Bovespa

Classificação Segundo a Bovespa	Quantidade	(%)
Utilidade Pública	38	56,92%
Financeiros e Outros	9	12,31%
Materiais Básicos	3	4,62%
Consumo Cíclico	1	1,54%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	3	4,62%
Consumo não Cíclico	5	7,69%
Bens Industriais	5	7,69%
Tecnologia da Informação	1	1,54%
Construção e Transporte	1	1,54%
Telecomunicações	1	1,54%
Total	67	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Nesse estágio, é necessário destacar que uma das empresas que apresentavam os indicadores ambientais no Balanço Social não apresentava os indicadores sociais no modelo Ibase. Por esse motivo, eliminou-se essa empresa para fins de análise dos indicadores sociais, restando 67 organizações componentes da amostra.

Para verificar se há diferença nos níveis de investimento social realizado entre as empresas com diferentes atividades econômicas, buscou-se consultar, por meio do Balanço Social das empresas componentes da amostra, os dados referentes aos investimentos sociais, utilizando, para isso, as informações que dizem respeito ao total dos Indicadores Sociais Internos e Externos (ISI e ISE) apresentados na forma de percentual sobre a Receita Líquida (RL).

Com o objetivo de testar as Hipóteses 2 e 3, utilizou-se o teste *Kruskal Wallis* para comparação de média entre grupos maiores que 2 (dois) componentes, que, segundo Bruni (2010), tem como finalidade testar a hipótese de as médias populacionais de K amostras independentes serem iguais. Adicionalmente, optou-se ainda pela análise descritiva do ISI e do ISE entre as empresas com diferentes atividades econômicas, com a finalidade de perceber qual setor mais investe no social. Como ferramenta de análises estatísticas, foi utilizado o *Statistical Package for Social Science (SPSS)*, versão 15.

4. Apresentação e Discussão dos Resultados

A apresentação dos resultados, no presente trabalho, foi dividida de acordo com as hipóteses a serem testadas. A primeira hipótese teve por objetivo testar se há diferença no nível de investimentos ambientais realizados entre empresas potencialmente poluidoras e empresas não potencialmente poluidoras. A segunda e a terceira hipóteses, por sua vez, tiveram como finalidade verificar se havia diferença no nível de investimentos sociais (internos e externos) realizados por empresas de diferentes atividades econômicas.

4.1 Análise do Investimento Ambiental

O teste da Hipótese 1 buscou verificar a existência de diferença significativa no nível de investimentos ambientais realizados pelas empresas potencialmente poluidoras e pelas não potencialmente poluidoras. Considerando então os dois grupos de empresas formados com base na Lei n.º 10.165/2000, o primeiro apresentou as potencialmente poluidoras, com um total de 16 empresas, e o segundo relacionou as empresas não potencialmente poluidoras, com 52. Procedeu-se à aplicação do *teste-t* para verificação da existência de diferença entre a média do indicador de investimento ambiental desses dois grupos de empresas.

Como indicador de investimento ambiental, considerou-se o percentual do Total de Investimentos em Meio Ambiente sobre a Receita Líquida presente no Balanço Social. Desse modo, após a aplicação do teste estatístico no SPSS, obteve-se o resultado apresentado na Tabela 3.

Tabela 3

Teste-t Índice Ambiental

		Teste de Levene para igualdade de Variâncias		Teste-t para igualdade de médias			
		F	Sig.	T	Df	Sig.	Diferença de Médias
IAMB	Variâncias iguais	1,047	,310	0,680	66	0,499	0,0212817
	Variâncias diferentes			1,220	53,337	0,228	0,0212817

Fonte: Elaborado pelos autores

Com um nível de significância do *teste-t* igual a 0,499 (maior que 0,05), os resultados apontam que não há diferenças significativas entre os investimentos de empresas potencialmente poluidoras e empresas não potencialmente poluidoras. O resultado em questão indica a não rejeição da hipótese nula de igualdade das médias e corrobora o resultado de Ott, Alves & Flores (2009), o qual identificou que os setores não apresentam características de homogeneidade interna quanto aos investimentos ambientais realizados. Todavia, tal achado se contrapõe ao que sugere a Teoria da Legitimidade, isto é, que as empresas tendem a efetuar investimentos nas esferas social e ambiental para compensar eventuais danos provocados por suas atividades.

Os resultados também vão de encontro aos achados de Machado *et al.* (2006), Machado, Machado e Santos (2010), Machado, Machado e Murcia (2011), que constataram que setores com alto impacto ambiental mostraram-se mais propensos a altos investimentos ambientais. Tal resultado também não confirma os encontrados por Rezende, Dalmácio & Ribeiro (2012) e Crisóstomo, Souza e Parente (2012), na medida em que esses comprovam que setores ambientalmente sensíveis possuem, respectivamente, um nível de governança ambiental mais elevado e indicadores ambientais superiores.

Os resultados encontrados, divergentes do que se podia esperar em função dos pressupostos da teoria da Legitimidade, conforme apontou Pereira, Bruni e Dias Filho (2010), e de pesquisas anteriores, podem ter relação com a pequena dimensão da amostra e até mesmo com o fato de a análise dos dados de investimentos ambientais do Balanço Social se referir a apenas um exercício social. Há de se considerar também a desproporção da quantidade de empresas consideradas não potencialmente poluidoras (52) e das consideradas potencialmente poluidoras (16) que compuseram a amostra desta pesquisa.

4.2 Análise do Índice Social

4.2.1 Análise do Índice Social Interno por setor de atividade

A segunda hipótese testada pela pesquisa visou verificar se há diferença no nível de investimentos sociais internos realizados por empresas de diferentes atividades econômicas. Para isso, utilizou-se da classificação das empresas realizada de acordo com os critérios utilizados pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

Para verificar se a média do percentual de Investimentos Sociais Internos sobre a Receita Líquida é significativamente diferente para os diferentes setores de empresas, recorreu-se ao teste estatístico *Kruskal Wallis* para a comparação de médias e a análise descritiva dos dados quanto ao indicador (ISI) para cada setor:

Tabela 4

Resultado – estatística descritiva ISI

Classificação Segundo a Bovespa	Quantidade	ISI
Utilidade Pública	38	29,08%
Consumo não Cíclico	5	33,80%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	3	35,67%
Bens Industriais	5	39,00%
Financeiros e Outros	9	41,44%
Materiais Básicos	3	42,00%
Consumo Cíclico	1	44,00%
Tecnologia da Informação	1	46,00%
Construção e Transporte	1	49,00%
Telecomunicações	1	64,00%

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio dos dados presentes na Tabela 4, é possível perceber que os setores que mais investem em questões sociais internas são o de Telecomunicações (64%), o de Construção e Transporte (49%) e o de Tecnologia da Informação (46%). Vale ressaltar que o referido resultado não levou em consideração o montante de investimentos sociais internos realizados e, sim, a proporção destes com relação à Receita Líquida das empresas para o período de 2011. Isso foi feito com a finalidade de anular o efeito da heterogeneidade do porte das organizações em análise. O setor que apresentou o menor ISI foi o de utilidade pública. Esse resultado confirma parcialmente os achados de Machado, Machado e Santos (2010) na medida em que, nos dois estudos, o setor de utilidade pública apresenta-se com tendência a baixos investimentos sociais internos.

O resultado do teste *Kruskal Wallis* para comparação de média apresentou um sig. igual a 0,514, o que implicou a não rejeição da hipótese nula, ou seja, não há indícios de que haja diferenças para a média do ISI entre os diferentes setores. Como não se pode afirmar, com base no resultado encontrado, que empresas pertencentes a diferentes setores, com diferentes impactos sociais investem em questões sociais em intensidades diferenciadas, entende-se que o resultado não pode ser inteiramente explicado pela teoria da Legitimidade e que diverge da constatação de Brammer, Brooks e Pavelin (2006) de que o desempenho social varia entre os setores. Há de se ressaltar que esses investimentos têm natureza predominantemente coercitiva, visto que se trata, em boa parte, de encargos sociais compulsórios, participação nos lucros ou resultados, entre outros, o que pode variar de acordo com a legislação específica ou convenções trabalhistas de cada setor.

Enquadram-se também nesse indicador os investimentos com treinamento e capacitação de funcionários, o que, em parte, pode justificar os altos índices para os setores de Telefonia e Construção e Transporte, tendo em vista a concorrência inerente ao ramo de telecomunicações e a necessidade de capacitação, treinamento e segurança adequada para o caso da Construção e Transporte, em função do risco da atividade.

4.2.2 Análise do Índice Social Externo por setor de atividade

A terceira hipótese testada pela pesquisa buscou verificar se há diferença no nível de investimentos sociais externos realizados por empresas de diferentes atividades econômicas. A base de dados foi a mesma da análise anterior e dos testes aplicados. Obtiveram-se, então, os seguintes resultados:

Tabela 5

Resultado – estatística descritiva ISE

Classificação Segundo a Bovespa	Quantidade	ISE
Telecomunicações	1	10,00%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	3	14,67%
Consumo não Cíclico	5	20,20%
Materiais Básicos	3	22,33%
Financeiros e Outros	9	24,78%
Tecnologia da Informação	1	32,00%
Bens Industriais	5	33,60%
Utilidade Pública	38	40,79%
Construção e Transporte	1	41,00%
Consumo Cíclico	1	42,00%

Fonte: Dados da Pesquisa

Os dados presentes na Tabela 5 apontam que os setores que mais realizam investimentos sociais externos quanto à proporção da Receita Líquida são os de Consumo Cíclico (42%), Construção e Transporte (41%) e Utilidade Pública (40,79%). Quanto a esse índice, curiosamente, o setor de Telecomunicações, que obteve o maior ISI, apresentou o menor ISE (10%), corroborando em parte o fato de que um alto ISI pode decorrer predominantemente das questões regulamentares e legais para o setor de atuação. Os achados de Machado, Machado & Santos (2010) confirmam o fato de o setor de utilidade pública ser um dos que dispõem mais recursos para o social externo.

A comparação de média entre os diversos setores realizada por meio do teste *Kruskal Wallis*, apresentou um sig. igual a 0,091, o que nos leva a não rejeitar a hipótese nula, ou seja, confirmou-se a inexistência de diferenças significativas para a média do ISE entre os diferentes setores. Nesse caso, há de ressaltar também a aproximação do sig. de um valor menor que 0,05, o que poderia pressupor uma diferença das médias de investimentos em ações sociais externas entre os diferentes grupos e reforçar uma maior discrepância entre os grupos quando em comparação ao ISI. Também nesse caso, o resultado não está alinhado com os pressupostos da teoria da Legitimidade e diverge da concepção de Brammer, Brooks e Pavelin (2006) de que o desempenho social varia entre os setores.

5. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo verificar se existe diferença significativa entre os indicadores de investimentos socioambiental realizados por organizações de setores de diferentes impactos socioambientais.

Para tanto, o estudo foi feito em duas etapas. A primeira buscou verificar se existe diferença nos investimentos realizados por empresas potencialmente poluidoras e potencialmente não poluidoras, de acordo com a Lei n.º 10.165/2000. E a segunda verificou a existência de diferença entre o nível de investimentos sociais (internos e externos) realizados pelas empresas da amostra, categorizadas, tomando por base a classificação da Bovespa para os setores econômicos.

Os dados foram coletados nos Balanços Sociais publicados pelas empresas que compõem a amostra, no ano de 2011, e analisados por meio dos testes estatísticos *test-t*, para investimentos ambientais e *Kruskal Wallis*, para investimentos sociais, em razão da quantidade de categorias a serem analisadas.

Os resultados do *test t* apontam para a inexistência de diferenças significativas entre os níveis de investimentos ambientais para empresas potencialmente poluidoras e não potencialmente poluidoras, fato que não pode ser explicado pela teoria da Legitimidade. Esse resultado possui alinhamento com a pesquisa de Ott, Alves e Flores (2009), mas não possui com os achados das pesquisas realizadas por Machado *et al.* (2006), Machado, Machado & Santos (2010), Machado, Machado e Murcia (2011), Crisóstomo, Souza e Parente (2012), Rezende, Dalmácio e Ribeiro (2012) e Pellegrino e Lodhia (2012).

Os resultados do *Kruskal Wallis* também sugerem que não há diferença entre os investimentos sociais internos e externos realizados por empresas de diferentes setores, sejam eles de telecomunicações ou petróleo, gás e combustíveis, o que contrapõe os achados de Brammer, Brooks e Pavelein (2006). De igual forma, esse resultado não encontra embasamento na teoria da Legitimidade.

Com base na análise descritiva, percebeu-se que as empresas de Telecomunicações, de Construção e Transporte e de Tecnologia da Informação investiram maior parcela da receita líquida em questões sociais internas do que empresas de outros setores, como utilidade pública, por exemplo. Esse resultado corrobora parcialmente os resultados de Machado, Machado e Santos (2010).

Ressalta-se que grande parte dos componentes desse investimento é previsto por legislação específica ou convenções trabalhistas de cada setor. Essa é uma possível explicação para o resultado encontrado. O fato de empresas de construção civil investirem mais nessa esfera não significa, necessariamente, que são mais responsáveis socialmente que outras. Aponta para uma controversa questão de que esse ramo muito provavelmente investe em capacitação, treinamento e segurança, que são itens pertencentes aos investimentos sociais internos, em razão de a atividade de construção civil oferecer muitos riscos à saúde e à integridade do trabalhador. Esse fato sugere a aplicação de alíquotas tributárias diferenciadas para as organizações em função dos danos potenciais decorrentes das atividades praticadas.

Os setores que mais realizam investimentos sociais externos quanto à proporção da Receita Líquida são os de Consumo Cíclico, Construção e Transporte e Utilidade Pública. Esses achados confirmam, parcialmente, o encontrado por Machado, Machado e Santos (2010).

Os resultados encontrados divergiram da expectativa inicial, dos pressupostos da teoria da Legitimidade e da maioria das pesquisas anteriores. Esse fato pode ter relação com o tamanho reduzido da amostra, inclusive, com o período analisado. Há de se considerar também, como limitação desse estudo, a desproporção da quantidade de empresas consideradas não potencialmente poluidoras (52) e das consideradas potencialmente poluidoras (16) que compuseram a amostra desta pesquisa.

Assim, recomenda-se a realização de estudos que utilizem como fonte de dados o relatório de sustentabilidade no modelo do *Global Reporting Initiative* (GRI), tendo em vista sua vasta utilização em nível mundial e que seja ampliado o recorte temporal, a fim de possibilitar a utilização de técnicas estatísticas mais robustas.

A falta de congruência dos achados dessa pesquisa com a teoria e com estudos anteriores põe em evidência a necessidade de se realizarem mais pesquisa para elucidar a questão em foco, tendo em vista a importância desse tema para a comunidade acadêmica, para os agentes de mercado e para a sociedade em sentido mais amplo. Afinal, baseando-se em pesquisas dessa natureza, o estado pode, inclusive, definir políticas tributárias mais adequadas, fixando alíquotas diferenciadas para empresas que mais prejudicam o meio ambiente e comprometem em demasia a saúde dos seus colaboradores. De igual forma, poderá se servir dessas informações para estabelecer mecanismos de monitoramento e fiscalização mais eficazes. No que diz respeito à sociedade, estudos desse tipo poderão instrumentalizar os setores que a representam para atuar de forma mais crítica e organizada, exigindo do Poder Público e das próprias empresas ações que, de fato, contribuam para o bem comum.

6. Referências

- Brammer, S., Brooks, C. & Pavelin, S. (2006). Corporate social performance and stock returns: UK evidence from disaggregate measures. *Financial Management*, 35(3), pp. 97-116.
- Bruni, A.L. (2010). *PASW Aplicada à Pesquisa Acadêmica*. 2 ed. São Paulo: Atlas.
- Chen, J.C. & Roberts, R.W. (2010). Toward a More Coherent Understanding of the Organization–Society Relationship: A Theoretical Consideration for Social and Environmental Accounting Research. *Journal of Business Ethics*, 97, pp. 651–665.
- Crisóstomo, V.L., Souza, J.L. & Parente, P.H.N. (2012). Possível efeito regulatório na responsabilidade socioambiental da empresa brasileira em função da Lei n.º 10.165/2000. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 6(3), pp. 154-167.
- Deegan, C. (2002). The legitimizing effect of social and environmental disclosure: a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), pp. 282-311.
- Deegan, C., Rankin, M. & Tobin, J. (2002). An examination of the corporate social and environmental disclosure of BHP from 1983-1997: test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), pp. 12-343.
- Dias Filho, J.M. (2009). Novos Delineamentos Teóricos em Contabilidade. In: Ribeiro Filho, J.F, Lopes, J. & Pederneiras, M. *Estudando Teoria da Contabilidade*. São Paulo:Atlas.
- Fujii, H., Iwata, Kazuyuki, Kaneko, S. & Managi, S. (2013) Corporate Environmental and Economic Performance of Japanese Manufacturing Firms: Empirical Study for Sustainable Development. *Business Strategy and the Environment*, 22(3), pp.187–201. doi: 10.1002/bse.1747.
- Hartman, L. P., Rubin, R. S. & Dhanda, K. K. (2007). The Communication of Corporate Social Responsibility: United States and European Union Multinational Corporations. *Journal of Business Ethics*, 74, 373–389. doi: 10.1007/s10551-007-9513-2.
- Hassan A, Ibrahim E. (2012). Corporate environmental information disclosure: factors influencing companies' success in attaining environmental awards. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 19(1), pp. 32–46.
- INSTITUTO Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase). www. Ibase.br. Recuperado em 15 janeiro, 2013, de <http://www.ibase.br/pt/>
- Islam, M. A. & Deegan, C. (2008). Motivations for an organisation within a developing country to report social responsibility information: evidence from Bangladesh. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 21(6), pp. 850-868.
- Kitahara, J. R.(2007). *Responsabilidade Social e desempenho financeiro de empresas: Um estudo empírico utilizando o Balanço Social padrão Ibase*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 15 janeiro, 2013, de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-21082007-154003/pt-br.php>.
- Kong, D., Liu, S. & Dai, Y. (2012). Environmental Policy, Company Environment Protection, and Stock Market Performance: Evidence from China. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. 21(2), pp.100-112. DOI: 10.1002/csr.1306.
- Lei n. 9.638, de 31 de agosto de 1981. (1981). Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, edição extra, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 setembro 1981.

- Lei n. 10.165, de 27 de dezembro de 2000.* (2000). Altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, edição extra, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dezembro 2000.
- Lopes, Alexsandro Broedel. (2004). Aspectos Fundamentais da Linha de Pesquisa em Administração Estratégica do Mestrado Profissionalizante em Ciências Contábeis da FUCAPE. *Trabalho preparado para aula inaugural da linha de administração estratégica do Mestrado Profissionalizante em Ciências Contábeis da Fundação Instituto capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE*. Vitória, ES, Brasil.
- Machado, M.R., Machado, M.A. V. & Santos, A. (2010). A relação entre setor econômico e investimentos sociais e ambientais. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 13(3), pp.102 – 115.
- Machado, M.R., Machado, M. A. V. & Murcia, F. D. R. (2011). Em busca da Legitimidade Social: Relação entre o impacto ambiental da atividade econômica das empresas brasileiras e os investimentos no meio ambiente. *Revista Universo Contábil*, 7(1), pp. 20-35.
- Machado, R. T. M., Bernardo, D. C. R., Pereira, N. C., Pessanha, G. R. G. (2006). Investimentos ambientais e sociais externos: um estudo comparativo das companhias de capital aberto no Brasil. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, Salvador, BA, 30
- Martins, G. A. (2000). Manual para elaboração de monografias e dissertações. 2. ed.. São Paulo: Atlas.
- Nichols, A. (2010). The Legitimacy of Social Entrepreneurship: Reflexive Isomorphism in a Pre-Paradigmatic Field. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 1042(2587), pp. 611-633.
- Ott, E., Alves, T. W., & Flores, G. S. da S. (2009) Investimentos ambientais e o desempenho econômico das empresas: um estudo utilizando dados em painel. *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, São Paulo, SP, 33.
- Pellegrino, C. & Lodhia, S. (2012). Climate change accounting and the Australian mining industry: exploring the links between corporate disclosure and the generation of legitimacy. *Journal of Cleaner Production*, 36, pp. 68-82.
- Pereira, A. G., Bruni, A. L. & Dias Filho, J. M. (2010). Legitimidade Corporativa em Empresas Pertencentes a Indústrias Ambientalmente Sensíveis: um Estudo Empírico com Empresas que negociam ações na Bovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5(2), pp.69-86.
- Rezende, A.J., Dalmácio, F.Z. & Ribeiro, M.S. (2012). Práticas de governança ambiental corporativa: uma análise das relações estruturais. *Anais do Congresso Anpcont*. Florianópolis, SC, Brasil, 6.
- Rizk, R., Dixon, R. & Woodhead, A. (2008). Corporate social and environmental reporting: a survey of disclosure practices in Egypt. *Social Responsibility Journal*, 4(3), pp. 306-323.
- Rover S., Murcia F.D., Borba, J.A. & Vicente, E.F.R. (2008). Divulgação de informações ambientais das demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 3(2), pp. 53-72.
- Santana, N. B., Périco, A. E. & Rebelatto, D. A. do N. (2006). Investimento em Responsabilidade Sócio-ambiental de empresas distribuidoras de energia elétrica: uma análise por envoltória de dados. *Revista Gestão Industrial*, 2(4), pp.124-139.
- Suchman, M.C. (1995). Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. *The Academy of Management Review*, 20(3), pp. 571-610.
- Kilian, T. & Hennigs, N. (2014). Corporate social responsibility and environmental reporting in controversial industries. *European Business Review*, 26(1), pp. 79-101.